Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF



CONTAX

RELEASE DE RESULTADO 3TR DE 2026

16 de novembro de 2026

CONTAX YOUtility ELFE

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2026: A CONTAX Participações S.A. – Em Recuperação Judicial é uma empresa de capital aberto, listada na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código de negociação CTAX3. A CONTAX é a holding de um dos maiores grupos de prestação de serviços do país nas áreas de Atendimento a Clientes (Contact Center e Trade Marketing) por meio da Contax e de Manutenção Industrial pela Elfe, divulga seus resultados consolidados do terceiro trimestre do ano de 2026. As comparações são realizadas com o mesmo período de 2025. As informações financeiras apresentadas foram preparadas conforme as Normas Contábeis Internacionais ("IFRS") e as normas e práticas contábeis da legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Destaques do Terceiro trimestre de 2026

A CONTAX registra resultado operacional positivo de R$ 76,4 milhões, com Receita Líquida de R$ 350,5 milhões e margem operacional de 21,8%

Receita Líquida	Resultado operacional	Margem operacional
+5,0%	R$ 76,4 MM	21,85

Destaques do período	3T26	3T25	Var.
Financeiros (R$ mm)			
Receita Bruta	388,3	370,6	4,8%
Receita operacional líquida	350,5	334,1	4,9%
Custos s/ serviços prestados	(274,1)	(272,7)	0,5%
Resultado operacional	76,4	61,4	24,5%
% margem s/ ROL	*21,8%*	*18,4%*	
EBITDA contábil	(1,2)	11,3	111,0%
% margem s/ ROL	*-0,4%*	*3,4%*	
EBITDA recorrente	32,6	7,4	340,0%
% margem s/ ROL	*9,3%*	*2,2%*	
Operacionais			
Quantidade de colaboradores	12.498	12.402	0,8%

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Mensagem da Administração

O ano de 2026 manteve a trajetória de diversificação e crescimento da nossa carteira de clientes, aliada à contínua melhoria da performance operacional, em linha com nosso plano estratégico.

A receita líquida cresceu 5% no período, totalizando R$ 350,5 milhões, originada de uma receita bruta de R$ 388,3 milhões. Esse resultado reflete o sucesso da nossa estratégia de diversificação de portfólio e expansão da base de clientes.

Intensificamos iniciativas voltadas a construção de bases sólidas para uma recuperação sustentável das margens, com destaque para a otimização de infraestrutura, ganhos de escala, aumento de produtividade e desempenho operacional. Como resultado, o resultado operacional atingiu R$ 76,4 milhões, um avanço de 24,5 %, enquanto o EBITDA negativo de R$ 1,2 mil.

Adicionalmente, a Companhia desempenha um papel importante no desenvolvimento de talentos. Temos hoje um total de 12.498 funcionarios, muitos dos quais conquistaram seu primeiro emprego conosco. Esses resultados refletem nosso compromisso contínuo em proporcionar um ambiente de trabalho diversificado e inclusivo, contribuindo para o desenvolvimento profissional e social das comunidades onde atuamos.

Encerramos o primeiro trimestre com foco no contínuo crescimento da Receita e na consolidação de margens positivas, mantendo nosso compromisso com a excelência operacional, o cuidado com nossos colaboradores e na melhoria contínua da experiência de nossos clientes.

André Felipe Rosado França

Diretor Presidente

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Desempenho Financeiro

A Receita líquida cresceu 5% no acumulado do terceiro trimestre de 2026, totalizando R$ 350,5 milhões, originada de uma Receita bruta de R$ 388,3 milhões. Esse resultado expressivo reflete o sucesso da nossa estratégia de diversificação de portfólio e expansão da base de clientes.

Com uma gestão eficiente de recursos e da contínua otimização de processos, alcançamos uma evolução significativa no resultado operacional, que atingiu R$ 76,4 milhões — um crescimento de 24,5 % em relação ao mesmo período de 2025.

No acumulado do ano, o EBITDA ficou negativo em R$ 1,2 mil, um resultado que ainda reflete desafios no período, mas demonstra avanço na trajetória de recuperação e na busca por maior eficiência operacional.

Destaques do período	3T26	3T25	Var.
Financeiros (R$ mm)			
Receita Bruta	388,3	370,6	4,8%
Receita operacional líquida	350,5	334,1	4,9%
Custos s/ serviços prestados	(274,1)	(272,7)	0,5%
Resultado operacional	76,4	61,4	24,5%
% margem s/ ROL	*21,8%*	*18,4%*	
EBITDA contábil	(1,2)	11,3	111,0%
% margem s/ ROL	*-0,4%*	*3,4%*	

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Desempenho Operacional

A evolução operacional permanece ancorada em uma cultura cada vez mais presente de paixão por servir, reforçando o compromisso com a qualidade na entrega e com a experiência tanto dos clientes quanto dos clientes de nossos clientes. Em paralelo, seguimos fortalecendo os princípios de confiança, honestidade e transparência, reconhecendo desvios de forma aberta e utilizando-os como base para aprendizado contínuo, correções estruturadas e melhoria permanente dos processos.

A Companhia reforça ainda a centralidade das pessoas em sua estratégia operacional, com a convicção de que equipes engajadas, alinhadas e comprometidas são determinantes para a construção de relações duradouras com clientes e para a geração de valor sustentável. Essa abordagem tem contribuído para um ambiente operacional mais consistente, resiliente e orientado à execução.

Como consequência, seguimos sendo reconhecidos pelo desempenho operacional, com posições de destaque em rankings relevantes junto aos principais clientes, além de avanços contínuos na captura de eficiência e na melhoria dos resultados operacionais. Os resultados observados em 2026 reforçam que a Companhia opera em um patamar cada vez mais maduro, estruturado e preparado para sustentar sua evolução com qualidade, disciplina e foco no que realmente importa.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

DRE

DRE			
Em milhões de R$	**set/26**	**set/25**	**YtY**
Receita operacional bruta	388,3	370,6	5%
Receita operacional líquida	350,5	334,1	5%
Custo dos serviços prestados	(274,1)	(272,7)	0,5%
Resultado Operacional	**76,4**	**61,4**	**24%**
Gerais e administrativas	(67,9)	(57,3)	18%
Outras despesas operacionais	(17,2)	(7,2)	-139%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	**(8,7)**	**(3,1)**	**-180%**
Receitas financeiras	1,7	13,7	-88%
Despesas financeiras	(84,0)	(69,5)	21%
Resultado financeiro	**(82,3)**	**(55,8)**	**-47%**
Lucro (Prejuízo) operacional antes do IR e CSLL	**(91,0)**	**(58,9)**	**-54%**
Imposto de renda e contribuição social	-	(1,3)	100%
Lucro (Prejuízo) do período	**(91,0)**	**(60,2)**	**-51%**
Depreciação e amortização	6,2	14,4	-57%
Despesas / Receitas financeiras	82,3	55,8	48%
IR / CS	-	1,3	-100%
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	1,2		0%
EBITDA CONTÁBIL	**(1,2)**	**11,3**	**111%**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Ativo

ATIVO				
Em milhões de R$	**30/09/26**	**31/12/25**	**Δ**	**Δ %**
Caixa e equivalentes de caixa	12,4	24,8	(12,4)	-100%
Aplicações financeiras	12,1	77,1	(65,0)	-537%
Contas a receber de clientes	85,5	72,2	13,3	16%
Contratos em garantia	19,2	10,0	9,3	48%
Tributos a recuperar	38,2	22,5	15,7	41%
Despesas antecipadas e demais ativos	2,0	1,5	0,5	25%
Ativos mantidos para venda	5,0	5,0	(0,0)	0%
Total do ativo circulante	**174,4**	**213,0**	**(38,6)**	**-22%**
Depósitos judiciais LP	135,7	141,4	(5,7)	-4%
Contratos em garantia LP	-	-	-	0%
Tributos a recuperar	145,3	136,1	9,2	6%
IR e CS diferidos LP	19,5	19,6	(0,1)	-1%
Despesas antecipadas e demais ativos LP	-	1,4	(1,4)	0%
Imobilizado	6,6	9,1	(2,4)	-36%
Intangível	641,9	641,9	0,0	0%
Direito de uso	10,1	13,2	(3,1)	-31%
Total do ativo não circulante	**959,3**	**962,7**	**(3,5)**	**0%**
TOTAL DO ATIVO	**1.133,7**	**1.175,8**	**(42,1)**	**-4%**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Passivo

PASSIVO E PATRIMÔNIO LíQUIDO				
Em milhões de R$	**30/09/26**	**31/12/25**	**Δ**	**Δ %**
Fornecedores	12,1	18,1	(6,0)	-50%
Salários, encargos sociais e benefícios	238,8	180,1	58,7	25%
Tributos a recolher	195,0	163,2	31,8	16%
Debêntures	7,0	17,3	(10,3)	-148%
Empréstimos e financiamentos	31,9	84,6	(52,7)	-165%
Passivos de arrendamento	5,0	5,2	(0,2)	-4%
Total do passivo circulante	**489,8**	**468,5**	**21,3**	**4%**
Fornecedores LP	34,0	33,3	0,8	2%
Debêntures LP	109,4	97,6	11,8	11%
Empréstimos e financiamentos LP	31,7	31,4	0,3	1%
Provisão para contingências LP	0,3	0,3	(0,0)	-8%
Passivos de arrendamento LP	8,7	11,7	(3,0)	-35%
Tributos a recolher LP	229,9	213,3	16,6	7%
IRPJ e CSLL diferidos LP	192,7	192,7	0,0	0%
Partes relacionadas LP	8,2	7,2	1,0	12%
Dividendos a pagar	5,0	4,9	0,1	2%
Total do passivo não circulante	**619,9**	**592,4**	**27,6**	**4%**
Patrimônio líquido	**23,9**	**114,9**	**(91,0)**	**-381%**
TOTAL DO PASSIVO	**1.133,7**	**1.175,8**	**(42,1)**	**-4%**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Contato de Relações com Investidores

Diretoria de RI

Rodrigo Santana Canhiçares

Rua Beneditinos, 15/17 - Rio de Janeiro – Brasil, CEP 20081-050

Telefone: (+55 11) 93009-2235

E-mail: ri@contax.com.br

Informações disponíveis no website: www.contaxsa.com.br

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.
"EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"

EM 30 DE SETEMBRO DE 2026
E RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas 3

Balanço patrimonial 6

Demonstração dos resultados 8

Demonstração dos resultados abrangentes 9

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 10

Demonstração dos fluxos de caixa 11

Demonstração do valor adicionado 12

Notas explicativas da Administração sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas 13

1 Contexto operacional 13

2 Declaração da Administração e base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas 20

3 Principais políticas e práticas contábeis materiais 22

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 31

5 Contas a receber de clientes 32

6 Tributos a recuperar 33

7 Despesas antecipadas e demais ativos 33

8 Investimentos em controladas 34

9 Imobilizado (Consolidado) 36

10 Intangível 37

11 Direito de uso 39

12 Fornecedores 40

13 Salários, encargos sociais e benefícios 40

14 Tributos a recolher e parcelamentos fiscais 40

15 Imposto de renda e contribuição social diferido 41

16 Empréstimos e Financiamentos e Debêntures 43

17 Passivos de arrendamento 46

18 Provisão para riscos e depósitos judiciais 47

19 Transações e saldos com partes relacionadas 48

20 Patrimônio líquido 49

21 Receita operacional líquida 50

22 Custos e despesas por natureza 50

23 Outras (Despesas)/receitas operacionais, líquidas 51

24 Receitas (Despesas) financeiras líquidas 52

25 Resultado por ação 52

26 Ativos Mantidos para Venda 53

27 Informação por segmento 53

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos 55

29 Cobertura de seguros (não auditado) 58

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 -Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Contax Participações S.A. - Em recuperação judicial
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Contax Participações S.A. - Em recuperação judicial ("Contax" ou a "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico "CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária" e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance e revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias ("NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e "ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente"). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Limitação de escopo - Recuperabilidade de ágio

Conforme descrito nas notas explicativas de nº 08 e 10 às informações financeiras individuais e consolidadas, em 30 de setembro de 2026, a Companhia mantém registrado em seu balanço, ágios gerados sobre a perspectiva de rentabilidade futura de diversas aquisições efetuadas no montante de R$ 395.001 mil (R$ 395.001 mil em 31 de dezembro de 2025) na controladora, e o montante de R$ 640.465 mil (R$ 640.465 mil em 31 de dezembro de 2025) no consolidado. Devido ao atual estágio de restruturação financeira e tributária da Companhia, a administração está em processo de revisão das premissas utilizadas para conclusão do estudo de

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 -Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

recuperabilidade e da documentação suporte sobre estes ativos. Dessa forma, ficamos impossibilitados de concluir, por meio de procedimentos alternativos de revisão, sobre eventuais ajustes que possam ser requeridos sobre estes saldos em 30 de setembro de 2026, assim como, nos elementos correspondentes, nas demonstrações do resultado para o período de três e nove meses findo nesta data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, caso existam.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos advindos do assunto descrito na seção intitulada "base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais - ITR, acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 7 de junho de 2022, a Contax e suas subsidiárias ajuizaram Pedido de Recuperação Judicial ("Pedido") na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1058558-70.2022.8.26.0100, o qual foi deferido em 15 de junho de 2022.

Em 22 de agosto de 2022 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) em consolidação substancial das recuperandas, o qual foi aprovado em 3 de março de 2023, pelos credores na Assembleia Geral de Credores e homologado judicialmente em 4 de abril de 2023.

Porém, em 16 de junho de 2025 a Companhia protocolou, em cumprimento a determinação judicial, o aditamento ao seu Plano de Recuperação Judicial, no qual, em 25 de junho de 2025, o Juíz determinou a suspensão de todos os pagamentos com vencimento a partir dessa data, até deliberação da Assembleia Geral de Credores (AGC) sobre o aditamento, no qual, em 14 de julho de 2025, foi determinada a definição das datas da AGC. Em 14 de novembro de 2025, o Grupo Contax e suas subsidiárias Contax S.A., ELFE Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. obtiveram aprovação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial ("Plano") através de Assembleia Geral de Credores.

Em 30 setembro de 2026, a Companhia ainda apresenta passivo circulante superior total do ativo circulante no montante de R$ 4.296 mil na controladora e R$ 315.437 mil no consolidado, além de prejuízos acumulados de R$ 1.586.696 mil na controladora e no consolidado. Além desses fatores, conforme exposto nas Notas Explicativas de nº 12, 13, 14, 16.1 e 16.2, a Companhia ainda apresenta saldos elevados nas rubricas de fornecedores, salários e encargos sociais, tributos a recolher, parcelamentos previdenciários e sociais, empréstimos, financiamentos e debêntures, que foram renegociados com seus credores, porém, a liquidação ainda está diretamente ligada ao sucesso e execução do plano de recuperação judicial (PRJ).

Essas condições e o fato de a Companhia estar em recuperação judicial indicam a existência de incertezas relevantes que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas no cumprimento do plano homologado. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 -Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações financeiras intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR - da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico "CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de novembro de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2 SP023701/O-8

Assinado por:
Guilherme Ribao Luz
Guilherme Ribão Luz
Contador SP-293568/O-0 CRC-SP

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Contax Participações S.A.

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Nota Explicativa**	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	1	12.457	24.803
Aplicações Financeiras	4	-	-	12.116	77.087
Contas a receber de clientes	5.1	-	-	85.469	72.168
Contratos em garantia	5.2	-	-	19.245	9.975
Tributos a recuperar	6	166	70	38.231	22.529
Despesas antecipadas e demais ativos	7	297	-	2.003	1.496
Ativos Mantidos para Venda		-	-	4.962	4.962
Total do ativo circulante		**463**	**71**	**174.483**	**213.020**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	18	16.555	16.555	135.729	141.422
Tributos a recuperar	6	363	344	145.347	136.165
IRPJ e CSLL diferidos	15	-	-	19.542	19.641
Despesas antecipadas e demais ativos	7	-	-	-	1.412
Investimentos em controladas	8.1	93.325	107.007	-	-
Imobilizado	9	-	-	6.639	9.057
Intangível	10	320.636	320.636	641.894	641.894
Direito de uso	11	-	-	10.126	13.214
Total do ativo não circulante		**430.879**	**444.542**	**959.277**	**962.805**
TOTAL DO ATIVO		**431.342**	**444.613**	**1.133.760**	**1.175.825**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Contax Participações S.A.

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO	**Nota Explicativa**	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	980	1.715	12.127	18.090
Salários, encargos sociais e benefícios	13	1.987	1.895	238.846	180.120
Empréstimos e financiamentos	16.2	-	-	31.951	84.628
Debêntures	16.1	-	-	7.006	17.341
Tributos a recolher	14	1.792	1.571	194.986	163.166
Passivos de arrendamento	17	-	-	5.004	5.190
Total do passivo circulante		**4.759**	**5.181**	**489.920**	**468.535**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	1.110	1.089	34.039	33.282
Empréstimos e financiamentos	16.2	1.747	1.710	31.712	31.360
Debêntures	16.1	86.333	81.619	109.376	97.566
Tributos a recolher	14	11.140	10.186	229.943	213.327
IRPJ e CSLL diferidos	15	149.111	149.111	192.696	192.696
Passivos de arrendamento	17	-	-	8.659	11.700
Provisão de contingências	18	-	-	325	325
Partes relacionadas	19	16.380	12.066	8.227	7.250
Dividendos a pagar	20.3	4.980	4.880	4.980	4.880
Obrigações com controladas	8.1	131.899	63.867	-	-
Total do passivo não circulante		**402.700**	**324.528**	**619.957**	**592.386**
TOTAL DO PASSIVO		**407.459**	**329.709**	**1.109.877**	**1.060.921**
Capital social	20	1.419.403	1.419.403	1.419.403	1.419.403
Reserva de capital		555.372	555.372	555.372	555.372
Outros resultados abrangentes		(364.196)	(364.195)	(364.196)	(364.195)
Prejuízo acumulado		(1.586.696)	(1.495.676)	(1.586.696)	(1.495.676)
Total do patrimônio líquido		**23.883**	**114.904**	**23.883**	**114.904**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**431.342**	**444.613**	**1.133.760**	**1.175.825**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Contax Participações S.A.

Demonstração dos resultados
Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

		Controladora				Consolidado			
	Nota Explicativa	3º Trimestre 30/09/2026	Acumulado 30/09/2026	3º Trimestre 30/09/2025	Acumulado 30/09/2025	3º Trimestre 30/09/2026	Acumulado 30/09/2026	3º Trimestre 30/09/2025	Acumulado 30/09/2025
Receita operacional líquida	21	-	-	-	-	**115.516**	**350.478**	**112.436**	**334.136**
Custo dos serviços prestados	22.1	-	-	-	-	(89.052)	(274.083)	(83.660)	(272.747)
Resultado operacional bruto		-	-	-	-	**26.464**	**76.395**	**28.776**	**61.389**
Gerais e administrativas	22.2	(428)	(837)	(392)	(1.039)	(22.790)	(67.860)	(21.688)	(57.301)
Outras (Despesas) receitas operacionais, líquidas	23	(157)	(734)	(313)	400.005	(5.189)	(17.228)	(4.146)	(7.204)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(21.910)	(81.713)	(11.801)	(452.568)	-	-	-	-
Resultado antes das receitas (Despesas) financeiras		**(22.495)**	**(83.284)**	**(12.506)**	**(53.602)**	**(1.515)**	**(8.693)**	**2.942**	**(3.116)**
Receitas financeiras	24.1	2	(34)	-	1	827	1.708	7.023	13.700
Despesas financeiras	24.2	(3.007)	(7.702)	(2.756)	(6.649)	(24.812)	(84.035)	(25.227)	(69.549)
		(3.005)	**(7.736)**	**(2.756)**	**(6.650)**	**(23.985)**	**(82.327)**	**(18.204)**	**(55.849)**
Lucro (Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**(25.500)**	**(91.020)**	**(15.262)**	**(60.251)**	**(25.500)**	**(91.020)**	**(15.262)**	**(58.965)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15.1	-	-	-	-	-	-	-	(1.016)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15	-	-	-	-	-	-	-	(270)
Lucro (Prejuízo) do exercício		**(25.500)**	**(91.020)**	**(15.262)**	**(60.251)**	**(25.500)**	**(91.020)**	**(15.262)**	**(60.251)**
Lucro (Prejuízo) por ação ordinária (em Reais):									
Básico	25	**(0,9547)**	**(3,4077)**	**(0,5714)**	**(2,2557)**	**(0,9547)**	**(3,4077)**	**(0,5714)**	**(2,2557)**
Diluído		**(0,9547)**	**(3,4077)**	**(0,5714)**	**(2,2557)**	**(0,9547)**	**(3,4077)**	**(0,5714)**	**(2,2557)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Contax Participações S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025
Lucro (Prejuízo) do período	(91.020)	(44.989)
Resultado abrangente total do período	**(91.020)**	**(44.989)**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Contax Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Reservas de capital	Valor justo	Lucros (Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.419.403**	**(19.450)**	**10.675**	**162.792**	**(364.195)**	**(1.059.956)**	**149.269**
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(60.251)	(60.251)
Saldo em 30 de setembro de 2025	**1.419.403**	**(19.450)**	**10.675**	**162.792**	**(364.195)**	**(1.120.207)**	**89.018**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.419.403**	**(19.450)**	**10.675**	**564.147**	**(364.195)**	**(1.495.676)**	**114.904**
Prejuízo do período						(91.020)	(91.020)
Desdobramento de ações		19.450		(19.450)			
Saldo em 30 de setembro de 2026	**1.419.403**	**-**	**10.675**	**544.697**	**(364.195)**	**(1.586.696)**	**23.883**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Contax Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (Prejuízo) do exercício	**(91.020)**	**(60.251)**	**(91.020)**	**(60.251)**
Ajustes ao prejuízo:				
Depreciação e amortização	-	-	6.262	14.487
Resultado de equivalência patrimonial	81.713	452.568	-	-
Perdas estimadas com créditos liquidação duvidosa - PECLD	-	-	1.250	-
Imposto de renda e contribuição sócia, diferidos	-	2	-	273
Juros e variação monetária, líquidos	37	-	11.421	55.440
Baixa de arrendamentos	-	-	-	(303)
(Reversão) provisão para contingências	-	-	-	9
Baixa de Contas a receber	-	-	-	(6)
Impactos perdão de dívida	-	(401.354)	-	
Atualização passivos fiscais	2.084	-	52.092	
Atualização monetária recuperação judicial	4.885	4.746	7.665	7.580
Prejuízo ajustado	**(2.301)**	**(4.289)**	**(12.330)**	**17.229**
Variações no capital circulante e não circulante:				
Contas a receber de clientes	-	-	(14.551)	(20.521)
Garantias Contratuais	-	-	(9.270)	(4.144)
Tributos a recuperar	117	184	(24.884)	(7.604)
Despesas antecipadas e demais ativos	(297)	219	905	974
Depósitos judiciais	-	-	5.693	14.543
Fornecedores	(714)	162	(5.226)	(27.085)
Pessoais e encargos sociais a pagar	-	35	57.714	59.346
Tributos e parcelamentos a pagar	(306)	373	(3.656)	7.361
Outros passivos	-	-	(218)	
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(4.117)**	**(3.316)**	**(5.823)**	**40.099**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de ativo imobilizado/intangível	-	-	(204)	(168)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**-**	**-**	**(204)**	**(168)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	15.469	1.633
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(7.491)	(5.231)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	-	(69.343)	
Pagamento de juros sobre debentures	-	-	-	(3.324)
Amortização de debêntures	-	-	(5.238)	
Pagamento de arrendamento mercantil direito de uso	-	-	(5.664)	(7.528)
Mútuo com partes relacionadas	4.103	3.315	977	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**4.116**	**3.315**	**(71.920)**	**(14.450)**
	-			
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**(1)**	**(77.317)**	**25.481**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1	101.890	68.431
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	-	24.573	93.912
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**(1)**	**(77.317)**	**25.481**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Contax Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado
Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receitas				
Prestação de Serviços	-	-	385.385	370.008
Reversão (Provisão) para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(1.250)	(1.379)
Outras receitas	-	-	-	-
	-	-	384.135	368.629
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos e serviços prestados	-	-	(50.880)	(34.906)
Materiais e serviços de terceiros	(1.601)	(2.383)	(43.294)	(35.279)
Outros	-	-	(5.121)	9.844
	(1.601)	(2.383)	(99.295)	(60.341)
Valor adicionado bruto	(1.601)	(2.383)	284.840	308.288
Depreciação e amortização	-	-	(6.220)	(14.487)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(1.601)	(2.383)	278.620	293.801
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(81.713)	(452.568)	-	-
Receitas financeiras	-	1	1.708	11.299
Valor adicionado total a distribuir	**(83.314)**	**(454.950)**	**280.328**	**305.100**
Pessoal				
Remuneração direta	-	-	223.888	215.328
Benefícios	(31)	-	34.930	41.035
FGTS	-	-	17.133	16.549
Impostos, taxas e contribuições	-			
Federais	-	(401.354)	23.055	17.302
Estadual	-	-	18	3
Municipais	1	5	11.619	12.327
Remuneração de capitais de terceiros	-			
Juros e variações monetárias	7.736	6.650	59.368	67.147
Aluguéis	-	-	1.337	(4.340)
Remuneração de capitais próprios	-			
(Prejuízo) do exercício	(91.020)	(60.251)	(91.020)	(60.251)
Lucros retidos / Constituição de reservas				
Valor adicionado distribuído	**(83.314)**	**(454.950)**	**280.328**	**305.100**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

1 Contexto operacional

A Contax Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, anteriormente denominada Atma Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto listada na Bolsa de Valores do Brasil ("B3"), classificada na categoria Seguimento Básico de Governança Corporativa, com ações negociadas sob o código CTAX3. A sede social da Companhia está localizada na Rua Beneditinos, n° 15/17, cidade e estado do Rio de Janeiro.

A Contax Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, (descrita adiante como "Contax", "controladora" ou "Companhia") é a empresa holding de prestação de serviços nas áreas de (i) Manutenção Industrial e *Facilities*, (ii) Atendimento a Clientes (*contact center e trade marketing*) e (iii) Tecnologia da Informação.

Em 30 de setembro de 2026 a Companhia contava com aproximadamente 9 mil colaboradores diretos, com atuação nacional e unidades em todas as regiões do Brasil.

O quadro a seguir apresenta as participações societárias da Companhia nas suas controladas direta e indiretas para os períodos de 30 de setembro de 2026 e dezembro 2025:

	% Participação direta ou indireta	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Contax S.A.	**100%**	**100%**
Youtility Center do Brasil Serviços de Informática e Telemarketing Ltda. (a)	100%	100%
Elfe Operação e Manutenção S.A.	**100%**	**100%**
Solvian Tecnologia e Integração Ltda	**100%**	**100%**
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Ltda	100%	100%
Metalfort Manutenção Comércio e Serviços Ltda	100%	100%
ATMA Administração Financeira Ltda.	**100%**	**100%**
Contax Plus Ltda.	**100%**	**100%**

Em 30 de setembro de 2026 a Companhia, para o cenário de curto prazo, segue com foco na melhoria de rentabilidade de suas operações através de: (1) composição de carteira de clientes e serviços de maior retorno para a Companhia; (2) otimização de custos diretos e indiretos; e (3) otimização de sua estrutura de despesas gerais e mão de obra indireta. No que se refere aos resultados financeiros, a Companhia seguirá trabalhando de forma conjunta com seus credores e investidores para promover o ajuste em sua estrutura de capital.

1.1 Incerteza relevante sobre continuidade operacional

A Administração considera que a situação patrimonial e financeira é um assunto relevante no contexto das demonstrações financeiras do Grupo Contax.

Em 30 de setembro de 2026 a Companhia acumula um prejuízo de R$ 91.020 e um prejuízo de (R$ 60.251 em 30 de setembro de 2025), capital circulante líquido (CCL) negativo de R$ 4.296 (R$ 5.110 em 31 de dezembro de 2025) na controladora e R$ 315.437 (R$ 255.515 em 31 de dezembro de 2025) no consolidado.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2026, a Companhia apresentou um prejuízo acumulado de R$ 1.586.696 (R$ 1.495.676 em 31 de dezembro de 2025).

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

A prerrogativa de continuidade dos negócios utilizada pela Companhia para elaboração das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas depende do sucesso de execução dos planos abaixo:

Recuperação Judicial

O procedimento de recuperação judicial é o instrumento jurídico que, ao lado do plano de recuperação extrajudicial homologado em 2020, permite o equacionamento da estrutura de capital das empresas integrantes do Grupo Contax, viabilizando o cumprimento das obrigações assumidas perante os seus credores.

O ajuizamento do pedido de recuperação judicial é mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, que continuará trabalhando para conquistar novos clientes, mantendo seus serviços para todos os segmentos de mercado em que atua. As atividades continuam sendo desempenhadas prontamente e toda a força de trabalho manterá normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas.

A Companhia entende que o ajuizamento do pedido de recuperação judicial viabilizará a conclusão do projeto de reestruturação do Grupo Contax e a implementação dos seus objetivos de excelência operacional, rentabilidade e de geração de empregos.

Em 07 de junho de 2022, a Companhia e suas subsidiárias Contax S.A., Elfe Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. ajuizaram o Pedido de Recuperação Judicial ("Pedido") na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Em 09 de junho de 2022 foi deferida a antecipação dos efeitos do "stay period", determinando a diligência de constatação prévia e a suspensão de todas as execuções ajuizadas contra as recuperandas, bem como obstando quaisquer atos de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das recuperandas.

Em 15 de junho de 2022 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial, nomeando-se como Administrador Judicial a empresa Capital Administradora Judicial Ltda., representada pelo Sr. Luís Claudio Montoro Mendes. Em 02 de agosto de 2022 foi disponibilizado no diário de justiça eletrônico o edital de convocação dos credores contendo, o resumo do pedido e da decisão de processamento, a disponibilização da relação nominal de credores e o início do prazo para apresentação e processamento das habilitações e divergências dos créditos. Em 17 de agosto de 2022 foi encerrado o prazo para apresentação das divergências, na fase administrativa.

Em 22 de agosto de 2022 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial em consolidação substancial das recuperandas e aguarda aprovação, onde foram distribuídos os credores da seguinte forma:

- 1ª Classe - Trabalhista e Escritórios jurídicos trabalhista;
- 2ª Classe - Não se aplica;
- 3ª Classe - Fornecedores, Empréstimos, Debêntures e Partes relacionadas; e
- 4ª Classe - Fornecedores ME e EPP.

Em 03 de março de 2023, o Grupo Contax e suas subsidiárias Contax S.A., ELFE Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

obtiveram aprovação do Plano de Recuperação Judicial ("Plano") através de Assembleia Geral de Credores.

Em 04 de abril de 2023 o Grupo Contax e suas subsidiárias Contax S.A., ELFE Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. vem informar que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão que teve por objeto a homologação do Plano de Recuperação Judicial (Plano).

Em 22 de março de 2024 a Companhia em cumprimento ao seu Plano de recuperação judicial homologado em 04 de abril de 2023 deu início ao pagamento dos Credores da Classe I que já se habilitaram.

O Plano com mais de 39 mil credores cujos créditos somam o valor de face de 1,4 bilhão de reais.

A aprovação foi obtida com o voto de 68,8% dos detentores de créditos presentes à Assembleia.

Com a homologação do Plano, a Companhia concluiu o processo de reestruturação do seu passivo financeiro e operacional.

Aditamento do Plano

Em 16 de junho de 2025, a Companhia protocolou, perante o Juízo, aditamento ao Plano de Recuperação Judicial homologado em abril de 2023, em cumprimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 2.163.486/SP.

Essa decisão declarou nulas as cláusulas do plano anterior que impunham deságio e postergação de pagamento para créditos trabalhistas cujo valor excedesse 150 salários-mínimos, determinando o enquadramento integral desses créditos na Classe 1 – Trabalhistas, nos termos do art. 54 da Lei nº 11.101/2005.

O aditamento prevê:

- Reclassificação de aproximadamente R$ 40 milhões da Classe 3 (Quirografários) para a Classe 1 (Trabalhistas);
- Pagamento dos créditos trabalhistas até 150 salários-mínimos com deságio de 85%, em até 12 meses da homologação;
- Ajustes no cronograma de pagamentos da Classe 3, mantendo opções de pagamento escalonado;

Em 25 de junho de 2025, o Juízo determinou a suspensão de todos os pagamentos do plano vigente a partir de junho/2025 até deliberação da Assembleia Geral de Credores (AGC) sobre o aditamento.

Em 14 de novembro de 2025, o Grupo Contax e suas subsidiárias Contax S.A., ELFE Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. obtiveram aprovação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial ("Plano") através de Assembleia Geral de Credores.

O Plano contempla mais de 39 mil credores e créditos cujos valor de face somam 1,4 bilhão de reais. A aprovação foi obtida com o voto de 86,5% dos detentores de créditos presentes à Assembleia Geral de Credores.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Após a homologação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, que produz os efeitos legais aplicáveis e está prevista para ocorrer no último trimestre de 2026, a companhia irá refletir nas demonstrações financeiras os efeitos contábeis.

Os efeitos contábeis do aditamento – incluindo a reclassificação dos passivos, atualização das provisões e eventuais impactos no fluxo de caixa – serão reconhecidos somente após a homologação judicial da deliberação da AGC ocorrida em 14 de novembro de 2025.

Até esta data, os passivos permanecem contabilizados conforme o plano original homologado em abril de 2023, uma vez que a homologação ainda não ocorreu.

A seguir, descrevemos as principais cláusulas do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) vigente, por classe, com os respectivos cronogramas de pagamento e índices de correção monetária:

Créditos Trabalhistas

Os Credores Trabalhistas poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos Trabalhistas, de acordo com uma das opções descritas nas Cláusulas abaixo, e desde que observado o procedimento para Exercício de Opção detalhado na Cláusula 4.1 do PRJ.

Opção A. Credores Trabalhistas que validamente elegerem a presente opção A terão seus Créditos Trabalhistas reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, até o limite de seu crédito ou R$ 500,00 (quinhentos reais), o que for menor, em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente (“Créditos Trabalhistas - Opção A”).

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos Trabalhistas - Opção A serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B. Os Credores Trabalhistas que validamente elegerem a presente opção B terão seus Créditos Trabalhistas reestruturados e pagos da seguinte forma (“Créditos Trabalhistas - Opção B”):

Credores Trabalhistas com Créditos de até 150 (cento e cinquenta) Salários-Mínimos. O Credor Trabalhista fará jus ao recebimento do valor correspondente a 15% (quinze por cento) do seu Crédito Trabalhista em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 12o (décimo segundo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente; e

Credores Trabalhistas com Créditos de valor superior a 150 (cento e cinquenta) Salários-Mínimos. O Credor Trabalhista fará jus a:

(i) ***parcela inicial****:* correspondente a 15% (quinze por cento) de 150 (cento e cinquenta) Salários-Mínimos, em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 12o (décimo segundo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente.

(ii) ***parcela remanescente***: o valor do Crédito Trabalhista que sobejar 150 Salários-Mínimos será reestruturado e pago de acordo com as condições previstas para os Créditos Quirografários Não Financeiros, nos termos das Cláusulas 3.3.1 ou 3.3.2 do PRJ, conforme aplicável.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Correção e Juros remuneratórios

Os Créditos Trabalhistas quitados de acordo com os termos constantes da Cláusula 3.1.2.1(i) do PRJ serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Créditos Quirografários

Créditos Quirografários Não Financeiros. Os Credores Quirografários Não Financeiros poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos Quirografários Não Financeiros, de acordo com uma das opções descritas nas Cláusulas abaixo, e desde que observado o procedimento para Exercício de Opção descrito na Cláusula 4.1 do PRJ.

Opção A. Os Credores Quirografários Não Financeiros que validamente elegerem a presente opção A terão seus Créditos Quirografários Não Financeiros reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, até o limite do seu Crédito Quirografário Não Financeiro ou R$ 10.000,00 (dez mil reais), o que for menor, em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 24º (vigésimo quarto) mês contados da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente ("Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção A").

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção A serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B. Credores Quirografários Não Financeiros que validamente elegerem a presente opção B terão seus Créditos Quirografários Não Financeiros reestruturados e integralmente pagos em recursos monetários nacionais, em dinheiro, nos termos desta Cláusula ("Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B").

Vencimento. Os Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B terão vencimento no 19º (décimo nono) Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano.

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Parcela	Vencimento	Valor Amortizado dos Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B
1ª	3º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	1%
2ª	4º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	2%
3ª	5º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	3%
4ª	6º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	4%
5ª	19º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	Saldo remanescente

Credores Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo. Os Credores Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo observarão as regras de amortização de principal e juros remuneratórios previstas nesta Cláusula.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Vencimento

Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo terão vencimento no 6º (sexto) Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano.

Juros Remuneratórios

Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo renderão juros correspondentes à variação da Taxa DI, acrescido de sobretaxa de 1,25% a.a., desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento ("Remuneração Créditos Quirografários Financeiros de Curto Prazo").

Data de Pagamento de Juros Remuneratórios. Os juros remuneratórios objeto da Cláusula acima incidentes desde a Data do Pedido até o 2º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano serão capitalizados. Os juros remuneratórios incidentes sobre o saldo devedor dos Créditos Quirografários de Vencimento de Curto Prazo após o 2º Aniversário da Data de Homologação Judicial serão pagos a partir do pagamento da 2ª (segunda) parcela (inclusive) e nas datas de amortização do principal indicadas no cronograma da Cláusula abaixo, item (ii) juntamente com a parcela de amortização do principal.

Cronograma de Amortização do Principal. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo serão amortizados em 17 (dezessete) parcelas, sendo que:

(i) a 1ª (primeira) parcela consistirá na distribuição pro rata de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) de forma proporcional ao valor de cada Crédito Quirografário Financeiro de Vencimento de Curto Prazo, a ser paga no último Dia Útil do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente; e

(ii) as demais parcelas serão pagas trimestralmente, a partir do 2º (segundo) Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano e a última na data de vencimento prevista na Cláusula 3.3.3.1, de acordo com a seguinte regra:

Parcelas	Percentual de Amortização do saldo dos Créditos
2ª à 5ª	2,5%
6ª à 9ª	5,0%
10ª à 13ª	7,5%
14ª à 16ª	10,0%
17ª	Saldo remanescente

Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo. Os Credores Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo observarão as regras de amortização de principal, juros e atualização monetária previstas nesta Cláusula.

Vencimento. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo terão vencimento em 31 de dezembro de 2038.

Juros Remuneratórios. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo renderão juros correspondentes a variação da TR, acrescido de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), capitalizados desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento, em 31 de dezembro de 2038.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Cronograma de Amortização do Principal. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo serão amortizados em parcela única, devida em 31 de dezembro de 2038.

Créditos ME/EPP

Os Credores ME/EPP poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos ME/EPP de acordo com uma das opções descritas nas Cláusulas abaixo, e desde que observado o procedimento para Exercício de Opção descrito na Cláusula 4.1 abaixo.

Opção A. Credores ME/EPP que validamente elegerem a presente opção A terão seus Créditos ME/EPP reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, até o limite de seu Crédito ME/EPP ou R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), o que for menor, em dinheiro, em parcela única, devida até no último Dia Útil do 24º (vigésimo quarto) mês contados da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente ("Créditos ME/EPP - Opção A").

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos ME/EPP - Opção A serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B. Credores ME/EPP que validamente elegerem a presente opção B terão seus Créditos ME/EPP reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, em valor equivalente a 10% (dez por cento) do montante integral do Crédito ME/EPP, em dinheiro, em parcela única, devida até o último Dia Útil do 24º (vigésimo quarto) mês contados da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente ("Créditos ME/EPP - Opção B").

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos ME/EPP - Opção B serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Créditos ME/EPP Retardatários e Opção Padrão de Pagamento. Os Credores ME/EPP que não validamente realizarem a Eleição de Opção de Pagamento e os Credores ME/EPP que sejam Credores Retardatários serão reestruturados e pagos necessariamente nos termos da opção Créditos ME/EPP - Opção B, tendo direito a receber apenas os pagamentos de juros, correção monetária e de principal realizados nos termos da opção Créditos ME/EPP - Opção B que vencerem após 30 Dias Corridos contados do recebimento pelas Recuperandas de notificação enviada pelo Credor ME/EPP, nos termos da Cláusula 9.3, comunicando (a) a publicação da decisão que determinar a inclusão do referido Crédito ME/EPP na Lista de Credores; ou (b) havendo recurso processado com efeito suspensivo contra a referida decisão, a publicação da decisão monocrática ou colegiada que julgar o recurso em definitivo.

Com a homologação e execução do plano de recuperação judicial a Contax vem reestruturando seu portfólio de novos clientes desde 2025, buscando principalmente melhores margens e aumento de Receita.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

2 Declaração da Administração e base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Base de elaboração

As informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e são comparativas para os períodos findos em 30 de setembro de 2026, 31 de dezembro de 2025 e 30 de setembro de 2025. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com os procedimentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), estando totalmente convergentes com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB).

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes informações financeiras individuais e consolidadas em 16 de novembro de 2026 e afirma que, em seu julgamento, todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na sua gestão, considerando os eventos subsequentes até a referida data.

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode resultar em ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em exercícios futuros. A seguir, são apresentadas as principais premissas que envolvem incertezas:

(a) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido, como regra geral, através do preço de cotação em mercados ativos. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido através de mercados ativos, seu valor é determinado com base em técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para essas avaliações se baseiam naqueles praticados no mercado, ou, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos (Nota 18). Provisões para riscos dessa natureza são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado, sendo provável que desembolsos sejam requeridos para liquidar a obrigação, bem como uma estimativa do valor possa ser feita com relativa segurança.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Na avaliação de probabilidade é utilizado o conjunto de evidências disponível a ser aplicado aos processos, dentre os quais a hierarquia das leis, as jurisprudências atualizadas, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(c) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros devem ser avaliados periodicamente ou caso existam indícios de redução do seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo não financeiro ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo, deduzido os custos de venda, e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível (i) à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados, e (ii) à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL") são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL, podendo ocorrer a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitada a 30% do lucro real apurados.

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases fiscal e contábil. Os ativos e passivos de IRPJ e CSLL diferidos são classificados como não circulantes. A análise é feita individualmente por controlada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e elas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas que estejam em vigor na data do balanço.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na proporção das projeções de lucro tributável futuro e contra o qual os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser usados. Em 30 de setembro de 2026 a Companhia mantém ativos diferidos de prejuízos fiscais no montante de R$ 19.542 mil. (NE nº 15), nos quais serão compensados na transação junto a PGFN, prevista para o quarto trimestre de 2026.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

(e) Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - *PECLD*

A perda estimada de liquidação duvidosa é mensurada a um valor igual a perda de crédito esperada para as contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes, levando em consideração a classificação do cliente de acordo com seu nível de risco, o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com as contas a receber.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se as contas a receber estão com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Concessionária em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira

3 Principais políticas e práticas contábeis materiais

3.1 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem suas controladas de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre as empresas que estão no perímetro de consolidação foram eliminados, bem como eventuais lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. A participação dos acionistas não controladores, quando houver, estará destacada. As informações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

O quadro a seguir apresenta a relação de empresas controladas direta ou indiretamente pela Contax para os exercícios de 2026 e 2025:

	% Participação direta ou indireta	
	30/09/2026	31/12/2025
Controladas diretas		
Contax S.A.	100%	100%
Elfe Operação e Manutenção S.A.	100%	100%
Solvian Tecnologia e Integração Eireli	100%	100%
Atma Administração Financeira Ltda.	100%	100%
Contax Plus Ltda.	100%	100%
Controladas indiretas		
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Eireli	100%	100%
Metalfort Manutenção Comércio e Serviços Eireli	100%	100%
Youtility Center do Brasil Serviços de Informática e Telemarketing Ltda.	100%	100%

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei no 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei no 11.638/07 e Lei no 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

3.2 Classificação de ativos e passivos

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal (até 12 meses);
- For mantido principalmente para negociação; ou
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.3 Moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que ela opera, sendo o Real (R$) a moeda funcional da Companhia.

3.4 Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou qualquer ajuste.

3.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- **Ativos financeiros ao custo amortizado** (instrumentos de dívida): para ativos financeiros que são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, os quais decorrem do recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida): aplicável aos ativos financeiros mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros;

- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: corresponde aos ativos financeiros não mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados à mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais instrumentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco.

Desconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

- Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

- O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivo Financeiro - reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

- Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

como o desconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.6 Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em decorrência da natureza dos sistemas de tecnologia da informação e telecomunicações de propriedade da Companhia, as estimativas de vida útil requerem considerável julgamento e são inerentemente incertas principalmente em decorrência da rápida evolução dessas tecnologias, podendo ocorrer obsolescência prematura de tais sistemas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado em conjunto com a análise de recuperação de ágio. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes são submetidos ao teste de recuperabilidade através da metodologia de fluxo de caixa descontado. Por sua vez, quando identificado que o valor contábil do ativo não será recuperado, uma provisão é registrada.

3.7 Ativo intangível

Os ativos intangíveis são recursos identificáveis, sob controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido no resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável, seja individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura e marcas.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

3.8 Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.9 Investimentos

Aplicação do método da Equivalência Patrimonial

A entidade com o controle conjunto, ou com influência significativa sobre uma investida, deve contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial. Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto deve ser inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição. A participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida deve ser reconhecida no resultado do investidor.

Se o investidor mantém direta ou indiretamente (por meio de controladas, por exemplo), vinte por cento ou mais do poder de voto da investida, presume-se que ele tenha influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado o contrário. Por outro lado, se o investidor detém, direta ou indiretamente (por meio de controladas, por exemplo), menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. A propriedade substancial ou majoritária da investida por outro investidor não necessariamente impede que um investidor tenha influência significativa sobre ela. A existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

- representação no conselho de administração ou na diretoria da investida
- participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;

- operações materiais entre o investidor e a investida;

- intercâmbio de diretores ou gerentes;

fornecimento de informação técnica essencial. Aplica-se o método de equivalência patrimonial para sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas. Demais investimentos são mantidos ao valor justo ou custo.

Transações entre controladas

Os saldos e ganhos não realizados em transações com controladas, são eliminados proporcionalmente a participação da controladora na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (impairment). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, se aplicável, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das informações contábeis intermediarias das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia

Transações e saldos em moedas estrangeiras

São convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurado. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os adiantamentos realizados em moedas estrangeiras são registrados pela taxa de câmbio da data que a entidade efetua os pagamentos ou recebimentos antecipados, reconhece (data de transação) como ativo não monetário ou passivo não monetário.

Teste de impairment fair-value

Os investimentos são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Combinações de negócio

São registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

3.10 Receita de vendas

As receitas de vendas de serviços são reconhecidas de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) - "Receita com Contratos de Clientes", que estabelece um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas quando os serviços são prestados e efetivamente aceitos pelos seus clientes. Esses critérios são considerados atendidos quando os serviços são transferidos ao comprador.

Os custos incrementais com a implantação de novas operações são ativados e reconhecidos no resultado pelo prazo inicial de cada novo contrato.

A receita é apresentada líquida de impostos incidentes, dos cancelamentos, dos abatimentos e descontos.

Os serviços são faturados e/ou estimados de acordo com a sua natureza, a saber:
Serviços de atendimento, divididos entre:

(i) Telemarketing: receita auferida com base em tempo de conversação e/ou preço fixo por posição de atendimento ("PAs") disponibilizada ao cliente e/ou por preço variável com base em metas acordadas com os clientes;

(ii) *Trade marketing*: receita reconhecida conforme preço fixo negociado na contraprestação de serviços de promoção de vendas (PDV) e demais serviços de marketing e apoio ao negócio;

- Serviços de manutenção industrial e *facilities*: receita auferida com base no nível de serviço prestado e/ou preço fixo mensal.

3.11 Tributos sobre a receita

As receitas das controladas da Companhia estão sujeitas principalmente aos seguintes tributos e alíquotas:

- PIS/COFINS: incidem sobre o faturamento bruto às alíquotas de 0,65% para o PIS e 3,00% para a COFINS;
- ISS: tributo de natureza municipal que incide sobre o faturamento bruto às alíquotas de 2% a 5% de acordo com a localidade onde o serviço é prestado;
- CPRB (Contribuição previdenciária sobre a receita bruta): incidência de 2,5% a 3,6% sobre a receita bruta em substituição à contribuição patronal de 20% sobre a remuneração dos empregados.

3.12 Custos e despesas

Os custos e as despesas operacionais são registrados de acordo com o regime de competência e estão representados principalmente por gastos com pessoal, materiais e serviços de terceiros.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

3.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem os ganhos sobre montantes investidos em ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros. As despesas financeiras compreendem juros e atualização monetária de passivos financeiros.

3.14 Lucro (Prejuízo) por ação

O cálculo do lucro ou prejuízo básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais.

3.15 Demonstração do valor adicionado

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Resolução CVM 199.

3.16 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025.

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio Entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 as alterações à IAS 21, que abordam a falta de permutabilidade (exchangeability) de moedas estrangeiras. Essas alterações fornecem orientações sobre como determinar a taxa de câmbio quando não há permutabilidade entre duas moedas, exigindo divulgação adicional sobre a natureza e os riscos associados a essas situações.

- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 – CPC 32 e CPC 48 Aprovada pela Resolução CVM nº 213, a Revisão nº 27 introduz alterações redacionais nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, visando alinhar o texto desses pronunciamentos às normas internacionais correspondentes.

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

- OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissão e Créditos de Descarbonização Instituída por meio da Resolução CVM nº 223, publicada em 16 de dezembro de 2024, a Orientação OCPC 10 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo obrigatória para companhias abertas.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Essa orientação estabelece o tratamento contábil aplicável aos créditos de carbono, permissões de emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIOs), abordando aspectos relacionados ao reconhecimento, mensuração e divulgação desses instrumentos. Sua aplicação é obrigatória para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Essa alteração não teve impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

- **Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – CPC 51** - aprovada em 2025, a Revisão nº 28 atualizou o CPC 51 em linha com a futura adoção da IFRS 18, trazendo ajustes de redação e referências normativas sobre apresentação e divulgação das demonstrações financeiras.

3.17 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2026

Os requisitos, normas, alterações, orientações e interpretações que passaram a vigorar para os exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026 são:

IFRS S1/CBPS 01 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade: estabelece os requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, no curto, médio e longo prazo, que possam afetar os fluxos de caixa, o acesso a financiamento e o custo de capital da entidade. A Companhia utilizará o alívio de adoção inicial previsto no Apêndice C da CBPS 01 – Disposições Transitórias e divulgará as informações em conformidade com a norma a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2027.

IFRS S2/CBPS 02 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima: estabelece os requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionadas ao clima e que impactam materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. O principal impacto previsto para tal adoção é a conexão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima já divulgados ao mercado por meio de outros relatórios com as demonstrações financeiras e suas respectivas projeções. A adoção datará do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2026, e a Companhia encontra-se em estágio intermediário de implementação do referido pronunciamento.

Não foram identificados outros impactos que não os acima mencionados no que tange o reconhecimento, mensuração e divulgação contábeis da Companhia na data-base e nos exercícios subsequentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Saldos bancários	6.484	16.981
Aplicações financeiras – liquidez imediata	5.973	7.822
Caixa e equivalentes de caixa	**12.457**	**24.803**
Aplicações financeiras (a)	12.116	77.087
Aplicações financeiras	**12.116**	**77.087**
	24.573	**101.890**

(a) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios com liquidez entre 60 e 90 dias.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia tem como política a alocação de disponibilidades de curto prazo em aplicações financeiras remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são concentradas em instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média no ano foi de 100% do CDI.

5 Contas a receber de clientes

5.1 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Contas a receber	88.388	73.837
(-) Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(2.919)	(1.669)
	85.469	**72.168**

A composição dos valores do contas a receber por faixa de vencimento está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
A faturar	61.709	52.193
A vencer	7.870	9.250
Até 30 dias	15.448	3.829
Vencidos de 31 a 60 dias	-	2.232
Vencidos de 61 a 90 dias	650	1.544
Vencidos de 91 a 180 dias	-	2.112
Vencidos acima de 180 dias	2.711	2.677
(-) Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(2.919)	(1.669)
	85.469	**72.168**

A movimentação das perdas esperadas com créditos está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.669**
Constituição de PECLD	1.250
Saldo em 30 de setembro de 2026	**2.919**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

5.2 Contratos em garantia

O saldo apresentado refere-se a valores vinculados a garantias contratuais decorrentes de contratos de prestação de serviços firmados com o cliente Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e Caixa Econômica Federal, por meio das controladas Elfe e Contax, respectivamente. Em 30 de setembro de 2026, os montantes retidos totalizam R$ 1.105 para a Elfe (R$ 831 em 31 dezembro de 2025) e R$ 18.140 para a Contax (R$ 9.144 em 31 dezembro de 2025), totalizando R$ 19.245 em 30 de setembro de 2026.

O saldo da Contax refere-se a retenções de 22,5% da folha mensal, ajustado conforme férias e rescisões realizadas, no contrato junto à Caixa Econômica Federal. Essas retenções têm como finalidade garantir o cumprimento das obrigações contratuais e estão sujeitas à atualização monetária, conforme previsto nos respectivos contratos. Os valores serão restituídos integralmente à Companhia ao término dos contratos, desde que todas as obrigações assumidas tenham sido devidamente cumpridas.

6 Tributos a recuperar

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
IRPJ/CSLL a recuperar	38.896	26.125
PIS/COFINS a recuperar	44.016	38.125
INSS a recuperar	74.913	70.241
ISS a recuperar	16.450	14.655
Outros impostos	9.303	9.548
	183.578	**158.694**
Circulante	38.231	22.529
Não circulante	145.347	136.165

Em 30 de setembro de 2026, o Grupo Contax apresentou impostos a recuperar no ativo circulante e não circulante totalizando o montante de R$ 183.578, constituídos principalmente por créditos fiscais recuperáveis e retenções em impostos sobre serviços. Esses saldos são resultado das atividades diversificadas do grupo nos setores de CRM, cobrança, promoção de vendas, óleo e gás, entre outros, e são administrados conforme as normas tributárias vigentes, visando sua realização no curto e longo prazo. A realização dos saldos ocorrerá através de compensações fiscais nas apurações mensais ou mediante restituições e ressarcimentos, conforme permitido pela legislação tributária, garantindo a eficiência fiscal e financeira do grupo.

7 Despesas antecipadas e demais ativos

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Despesas antecipadas (a)	2.003	2.908
	2.003	**2.908**
Circulante	2.003	1.496
Não circulante	-	1.412

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

(a) As despesas antecipadas referem-se, substancialmente, a valores pagos antecipadamente pela Companhia e suas controladas, que serão apropriados ao resultado conforme o decurso do tempo ou a prestação dos serviços contratados.

8 Investimentos em controladas

8.1 Movimentação dos investimentos

Controladora	% Part.	31/12/2025	Resultado de equivalência patrimonial	30/09/2026
Ágio Investimento				
Contax		**74.365**		**74.365**
Investimento				
Elfe Manutenção	100%	28.739	(12.709)	16.030
Contax	100%	(55.871)	(66.835)	(122.706)
Atma financeira	100%	(7.998)	(1.196)	(9.194)
Solvian Tecnologia	100%	3.903	(973)	2.930
		43.138	**(81.713)**	**(38.575)**
Investimento		**107.007**		**93.325**
Obrigações com controladas		**(63.867)**		**(131.899)**

Controladora	% Part.	31/12/2024	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2025
Ágio Investimento				
Contax		**74.365**		**74.365**
Investimento				
Elfe Manutenção	100%	157.836	(129.097)	28.739
Contax	100%	253.799	(309.670)	(55.871)
Atma financeira	100%	(9.707)	1.709	(7.998)
Solvian Tecnologia	100%	(9.560)	13.463	3.903
		466.733	**(423.595)**	**43.138**
Investimento		**486.000**		**107.007**
Obrigações com controladas		**(19.267)**		**(63.869)**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

8.2 Informações financeiras resumidas das controladas diretas:

	30/09/2026			
	Contax	Elfe	Solvian	Atma financeira
Ativo circulante	157.053	17.725	3.909	8.608
Ativo não circulante	1.490.312	149.512	144.772	663.077
Passivo circulante	412.701	52.422	5.674	4.554
Passivo não circulante	1.367.488	98.784	107.870	676.324
Patrimônio líquido	(132.824)	16.030	148.681	(9.193)
Receita líquida	333.785	16.693	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	(70.807)	(12.708)	(1.705)	(1.196)

	31/12/2025			
	Contax	Elfe	Solvian	Atma financeira
Ativo circulante	106.352	86.497	-	3.115
Ativo não circulante	939.399	41.927	7.183	293.900
Passivo circulante	382.141	53.233	646	6.140
Passivo não circulante	719.481	43.534	2.634	298.872
Patrimônio líquido	(55.871)	31.657	3.903	(7.997)
Receita líquida	353.790	21.772	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	(309.668)	(126.179)	13.462	1.711

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

9 Imobilizado (Consolidado)

		Consolidado 30/09/2026		
	Taxa média ponderada a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de transmissão	20,00%	25.902	(25.902)	-
Equipamentos de energia	6,67%	48.244	(47.525)	719
Equipamentos de climatização	7,69%	48.406	(48.336)	70
Máquinas e equipamentos	11,11%	45.702	(41.782)	3.920
Informática	25,00%	485.957	(485.714)	243
Veículos	20,00%	1.325	(1.325)	-
Móveis e utensílios	11,11%	167.212	(167.094)	118
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	313.143	(311.574)	1.569
Imobilizado		**1.135.891**	**(1.129.252)**	**6.639**

		Consolidado 31/12/2025		
	Taxa média ponderada a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de transmissão	20,00%	25.902	(25.902)	-
Equipamentos de energia	6,67%	48.244	(46.880)	1.364
Equipamentos de climatização	7,69%	48.406	(47.839)	567
Máquinas e equipamentos	11,11%	45.702	(40.946)	4.756
Informática	25,00%	485.957	(485.676)	281
Veículos	20,00%	1.325	(1.325)	-
Móveis e utensílios	11,11%	167.207	(166.678)	529
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	313.002	(311.442)	1.560
Imobilizado		**1.135.745**	**(1.126.688)**	**9.057**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Custo	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2025	Adições	Baixas / Transferências	Depreciação	30/09/2026
Equipamentos de energia	6,67%	1.364	-	-	(645)	719
Equipamentos de climatização	7,69%	567	-	-	(497)	70
Máquinas e equipamentos	11,11%	4.756	-	-	(836)	3.920
Informática	25,00%	281	60	-	(98)	243
Móveis e utensílios	11,11%	529	4	-	(415)	118
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	1.560	140	-	(131)	1.569
Custo Total Imobilizado		**9.057**	**204**	**-**	**(2.622)**	**6.639**

Custo	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2024	Adições	Baixas / Transferências	Depreciação	31/12/2025
Equipamentos de energia	6,67%	2.240	-	-	(876)	1.364
Equipamentos de climatização	7,69%	1.487	-	-	(920)	567
Máquinas e equipamentos	11,11%	7.025	-	-	(2.269)	4.756
Informática	25,00%	285	150	-	(154)	281
Móveis e utensílios	11,11%	1.385	-	-	(856)	529
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	2.915	-	-	(1.355)	1.560
Custo Total Imobilizado		**15.337**	**150**	**-**	**(6.430)**	**9.057**

10 Intangível

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

						Controladora
Custo	**Taxa de amortização (%)**	**31/12/2025**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**30/09/2026**
Ágio s/ Investimentos		320.636	-	-	-	320.636
		320.636	**-**	**-**	**-**	**320.636**

						Consolidado
Amortização acumulada	**Taxa de amortização (%)**	**31/12/2025**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**30/09/2026**
Ágio s/ Investimentos		-	-	-	-	-
		-	**-**	**-**	**-**	**320.636**

						Consolidado
Custo	**Taxa de depreciação (%)**	**31/12/2025**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**30/09/2026**
Software	10,00%	644.774	-	-	-	644.774
Ágio s/ Investimentos		640.465	-	-	-	640.465
		1.285.239	**-**	**-**	**-**	**1.285.239**
Amortização Acumulada		**31/12/2025**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**30/09/2026**
Software	10,00%	(643.345)	-	-	-	(643.345)
		(643.345)	**-**	**-**	**-**	**(643.345)**
Total		**641.894**	**-**	**-**	**-**	**641.894**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

11 Direito de uso

(a) Saldos

	Consolidado 30/09/2026		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Edificações	36.554	(26.428)	10.126
Direito de uso líquido			

	Consolidado 31/12/2025		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Edificações	36.002	(22.788)	13.214
Direito de uso Líquido	**36.002**	**(22.788)**	**13.214**

(b) Movimentação

	Consolidado				
	31/12/2025	Adições	Transferências / Baixas	Amortização	30/09/2026
Edificações	13.214	552	-	(3.640)	10.126
Direito de uso líquido	**13.214**	**552**	**-**	**(3.640)**	**10.126**

	Consolidado				
	31/12/2024	Adições	Transferências / Baixas	Amortização	31/12/2025
Edificações	15.519	6.014	(2.045)	(6.274)	13.214
Direito de uso líquido	**15.519**	**6.014**	**(2.045)**	**(6.274)**	**13.214**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais	2.090	2.804	46.166	51.372
	2.090	**2.804**	**46.166**	**51.372**
Circulante (i)	980	1.715	12.127	18.090
Não circulante (ii)	1.110	1.089	34.039	33.282

(i) Contempla principalmente fornecedores de: benefícios a empregados, tecnologia da informação e manutenção de infraestrutura predial.
(ii) O Saldo do longo prazo, refere-se a fornecedores contemplados na recuperação judicial (Classe III).

13 Salários, encargos sociais e benefícios

	Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025
Salários e honorários	19.240	16.157
Rescisões trabalhistas	32.858	34.911
Provisões de 13º	12.908	-
Provisões de férias	15.281	14.327
Encargos sociais (a)	158.446	114.725
Outros	113	-
	238.846	**180.120**

(a) As Contribuições previdenciárias, apesar de mantidas em provisão, são liquidadas mediante compensação com créditos, igualmente administrados pela RFB, quais sejam, as rubricas do sistema "S", quando estes foram quitados com base de cálculo superior a 20 salários-mínimos.

14 Tributos a recolher e parcelamentos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
PIS/COFINS	-	-	27.039	17.232
CPRB	-	-	47.691	39.125
ISS	-	-	114.815	109.612
Parcelamentos fiscais (i)		-	35.252	32.656
Parcelamentos fiscais PGFN (ii)	12.613	11.534	185.461	146.635
Outros tributos a recolher	319	223	14.671	31.233
	12.932	**11.757**	**424.929**	**376.493**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Circulante	1.792	1.571	194.986	163.166
Não circulante	11.140	10.186	229.943	213.327

(i) Os parcelamentos fiscais foram realizados conforme previsto na legislação em vigor, em especial Leis nº 10.522/2002 (parcelamentos ordinários), nº 11.941/2009 (REFIS), nº 12.996/2014 (Reabertura do REFIS IV) e nº 13.496/2017 (PERT), os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Os parcelamentos são amortizados mensalmente.

(ii) O parcelamento foi consolidado na modalidade transação tributária individual nos termos da lei nº 13.988/2000 regulamentada pela portaria PGFN nº 6757/2022, com as seguintes premissas: renúncia fiscal; amortização com prejuízos fiscais; e o saldo remanescente diluídos em 120 parcelas para os tributos federais e 60 parcelas para as contribuições previdenciárias, com escalonamento nas primeiras 36 parcelas sendo as mesmas atualizadas por SELIC.

O quadro a seguir apresenta o cronograma de pagamento dos parcelamentos fiscais:

	Consolidado
2027	33.078
2028	33.019
2029	33.019
2030 em diante	121.597
Total não circulante	**220.713**

15 Imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado			
	31/12/2025	Adições	Baixas	30/09/2026
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal	19.912	-	(99)	19.813
Diferenças temporárias	(271)	-	-	(271)
	19.641	**-**	**(99)**	**19.542**

	Consolidado			
	31/12/2025	Adições	Baixas	30/09/2026
Passivo não circulante				
Diferenças temporárias	192.696	-	-	192.696
	192.696	**-**	**-**	**192.696**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Os ativos e passivos fiscais diferidos se referem às diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal.

O saldo consolidado de base prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 30 de setembro de 2026 é de R$ 3.589.057 (R$ 3.589.057 em 31 de dezembro de 2025).

15.1 Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	(34.365)	-	(30.159)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)		(11.684)		(10.254)
Ajustes:				
Equivalência patrimonial	-	(22.238)	-	-
Efeitos tributários sobre adições (exclusões) permanentes, líquidas	-	30.850	-	(164.577)
Compensação Prejuízos fiscais	-	3.072	-	170.625
Impostos diferidos (não constituídos s/ prejuízo fiscal)	-	-	-	-
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	**-**	**-**	**-**	**(4.206)**
Corrente		-		(3.935)
Diferido		(16.020)		(271)

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

16 Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

16.1 Debêntures

A composição e movimentação das debêntures pelo valor justo em 30 de setembro de 2026 está apresentada a seguir:

					Controladora		
Empresa	**Emissão**	**Data de emissão**	**Vencimento**	**Remuneração a.a.**	**31/12/2025**	**Atualização Monetária**	**30/09/2026**
Contax Participações (a)	7ª - 1ª série	13/08/2020	11/04/2038	CDI + 1,00%	72.856	4.714	77.570
Contax Participações (a)	7ª - 3ª série	13/08/2020	11/04/2038	TR + 1,00%	8.763	-	8.763
					81.619	**4.714**	**86.333**
Circulante					**-**		-
Não circulante					**81.619**		**86.333**

					Consolidado				
Empresa	**Emissão**	**Data de emissão**	**Vencimento**	**Remuneração a.a.**	**31/12/2025**	**Amortizações**	**Encargos Financeiros**	**Atualização Monetária**	**30/09/2026**
Contax Participações (a)	7ª - 1ª série	13/08/2020	11/04/2038	CDI + 1,00%	72.856	-	-	4.714	77.570
Contax Participações (a)	7ª - 3ª série	13/08/2020	11/04/2038	TR + 1,00%	8763	-	-	-	8.763
Contax S.A.	Crédito do Plano 2025	13/08/2020	11/04/2038	CDI + 1,00%	12.856	-	-	325	13.181
Contax S.A.	Crédito do Plano 2038	13/08/2020	11/04/2038	TR + 1,00%	3.091	-	-	-	3.091
Elfe S.A.	2ª - 1ª série	04/10/2018	29/06/2026	IPCA +12%	1.667	(1.667)	-	-	-
Elfe S.A.	2ª - 2ª série	30/06/2021	29/06/2026	IPCA +12%	15.674	(3.571)	1.674	-	13.777
					114.907	**(5.238)**	**1.674**	**5.039**	**116.382**
Circulante					**17.341**				**7.006**
Não circulante					**97.566**				**109.376**

Os saldos de debêntures foram considerados no processo de recuperação judicial e, portanto, não possuem *Covenants*.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

16.2 Empréstimos e financiamentos

A composição e movimentação dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2026 está apresentada a seguir:

									Consolidado
	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2025	Captações	Amortizações Principal	Amortizações - Juros	Encargos financeiros	Atualização Monetária	30/09/2026
CONTAX PART.									
Bancos - RJ	2038		1.710	-	-	-	-	37	1.747
CONTAX									
FIDC	2029	10,70% a.a.	54.920		(51.209)	(4.576)	2.085	-	1.220
Lex Recovery	2029	10,70% a.a.	20.579	-	(6.920)	(2.915)	3.914	-	14.658
Redwood - Planner	2029	2,00% a.a.		10.000	-	-	824	-	10.824
Bancos - RJ	2038	CDI + 1,25% a.a.	12.824	-		-	-	1.129	13.953
ELFE									
Bancos - RJ	2038	CDI + 1,25% a.a.	3.851	-	-	-	-	1	3.852
ATMF									
Conta Garantida (a)	2026		6.500		(2.803)		-		**3.697**
FIDC	2025	3,22% a.m.	2.334	3.985	(3.389)		801	-	**3.731**
Bancos - RJ	2038	CDI + 1,25% a.a.	473	-	-	-	-	9	**482**
YOUTILITY									
FIDC	2025	IPCA - 2,00% a.m.	12.799	1.484	(5.022)		237	-	**9.498**
			115.990	**15.469**	**(69.343)**	**(7.491)**	**7.861**	**1.176**	**63.662**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

								Consolidado
Vencimento	**Taxa de juros**	**31/12/2025**	**Captações**	**Amortizações Principal**	**Amortizações - Juros**	**Encargos financeiros**	**Atualização Monetária**	**30/09/2026**
	Circulante	84.628						31.951
	Não circulante	31.360				7.861	1.176	31.712

(a) A Companhia mantém linhas de crédito de curto prazo junto a instituições financeiras. Em 30 de setembro de 2026, os valores decorrentes da utilização dessas linhas foram classificados no Passivo Circulante.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

O cronograma de vencimentos dos empréstimos está apresentado abaixo:

Consolidado	30/09/2026
2027	11.862
2028	8.974
2029	5.579
Acima de 3 anos	15.107
	41.522

17 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamento correspondem aos contratos de locação de edificações utilizadas nas atividades operacionais das controladas e foram valorados pelo valor presente das parcelas vincendas. A taxa de desconto vigente utilizada para cálculo do valor presente foi de 17,5% anual em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato. Segue quadro com a movimentação em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	30/09/2026	31/12/2025
Provisão com arrendamentos mercantis	15.549	21.754
Ajuste ao valor presente	(1.886)	(4.864)
	13.663	**16.890**
Passivo circulante	5.004	5.190
Passivo não circulante	8.659	11.700
	13.663	**16.890**

	Consolidado					
Objeto do arrendamento	**31/12/2025**	**Adições**	**Baixas**	**Pagamentos**	**Juros incorridos**	**30/09/2026**
Edificações	**16.890**	551		(5.664)	1.886	**13.663**
Circulante	5.190					5.004
Não Circulante	11.700					8.659

A seguir é apresentado o fluxo de pagamentos dos contratos de arrendamento:

Consolidado	30/09/2026
2026	1.995
2027	5.865
2028	4.971
Acima de 4 anos	4.152
Ajuste a valor presente	(3.320)
	13.663

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

18 Provisão para riscos e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinadas ações judiciais e administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, que incluem processos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As ações são classificadas conforme a avaliação de probabilidade de perda dos processos entre os riscos de perda "provável", "possível" ou "remota". A provisão é registrada para processos com probabilidade de perda provável a qual é determinada pela Administração da Companhia com base na análise de seus assessores jurídicos.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em âmbito administrativo e judicial. O quadro a seguir apresenta a posição do contencioso e depósitos judiciais por natureza:

	Consolidado					
	Provável com provisão		Possível sem provisão		Depósitos judiciais	
Natureza	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Tributários	-	-	283.895	262.538	(66.916)	(66.916)
Trabalhistas	325	325	11.750	31.317	(67.248)	(72.941)
Cíveis	-	-	157.351	149.142	(1.565)	(1.565)
	325	**325**	**452.996**	**442.997**	**(135.729)**	**(141.422)**

A movimentação de depósitos judiciais em 30 de setembro de 2026 é demonstrada a seguir:

	Consolidado		
Natureza	**31/12/2025**	**Baixas**	**30/09/2026**
Tributários	66.916	-	66.916
Trabalhistas	72.941	(5.693)	67.248
Cíveis	1.565	-	1.565
Total	**141.422**	**(5.693)**	**135.729**

18.1 Provisão para perdas prováveis

A movimentação das provisões no período findo em 30 de setembro de 2026 é demonstrada a seguir:

	Consolidado			
Natureza	**31/12/2025**	**Adições**	**Baixas / Reversões**	**30/09/2026**
Tributários	-	-	-	-
Trabalhistas	325	-	-	325
Cíveis	-	-	-	-
Total	**325**	**-**	**-**	**325**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Principais riscos possíveis

Em novembro de 2021, a controlada Contax S.A. recebeu intimação de valores declarados em GFIP com alíquota RAT de 2% ao invés de 3%, no período incorrido entre jan./17 e dez/17, no valor aproximado de R$ 12 milhões.

Em novembro de 2024, a controlada Elfe recebeu auto de infração lavrado para a exigência do IRPJ e do CSLL recolhido a menor, no período entre jan./21 e dez/21, no valor aproximado de R$ 94 milhões

Em dezembro de 2020, a controlada Elfe recebeu intimação de não homologação de lançamentos efetuados em GFIPs a título de desoneração da folha, em substituição à Contribuição Previdenciária Patronal ("CPP") incidente sobre a folha de salários à alíquota de 20%, no período incorrido entre jan./2016 e jul./2018, no valor aproximado de R$ 65 milhões.

Em agosto de 2023, a controlada Contax S.A. recebeu intimação a regresso de seguro garantia, no valor aproximado de R$ 145 milhões

Até 30 de setembro de 2026, não houve evolução no cenário apresentado e os processos permanecem classificados como possíveis.

19 Transações e saldos com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Natureza	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Contax S.A.	Mútuo (a)	(9.605)	(6.097)	-	-
Elfe Manutenção	Mútuo (a)	(57)	(57)	-	-
Atma financeira	Mútuo (a)	-	-	-	-
Cotistas FIP Nilai	Mútuo (b)	(6.718)	(5.912)	(6.863)	(5.912)
Cotas no Plano RJ	Mútuo (c)	-	-	(1.364)	(1.337)
Passivo não circulante		**(16.380)**	**(12.066)**	**(8.227)**	**(7.250)**

(a) Valores relativos ao contrato de mútuo para cobertura dos gastos da Holding, que em 27 de março de 2025 houve deliberação para o perdão de dívida, convertida em AFAC imediatamente;
(b) Saldo referente à (i) contrato de mútuo realizado em 03 de maio de 2019 com a empresa Elfe, com remuneração a 130% do CDI, no valor de R$ 2.900, e (ii) indenização a liquidar no valor de R$ 1.080;
(c) Valores relativos a acionistas no plano de recuperação judicial.

19.1 Avais concedidos

Em 30 de setembro de 2026 não há avais concedidos em nome de partes relacionadas.

19.2 Remuneração dos administradores (Conselheiros de Administração e Diretores estatutários)

O total da despesa com remuneração e benefícios à Administração é apresentado a seguir para o exercício findo em 30 de setembro de 2026 e 2025:

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

	30/09/2026	30/09/2025
Salários/Honorários	2.280	2.255
Encargos (INSS)	69	158
Benefícios	87	144
	2.436	**2.557**

O valor da remuneração total da Administração foi de R$ 2.436 sendo o montante máximo aprovado de R$ 5.645, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 10 de maio de 2025.

A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

Em 30 de setembro de 2026 o capital social da Companhia é de R$ 1.419.403 (R$ 1.419.403 em 31 de dezembro de 2025), dividido em 26.710.356 ações ordinárias (26.710.356 em 31 de dezembro de 2025), escriturais e sem valor nominal.

20.2 Ações – Composição e movimentação

O quadro a seguir apresenta a quantidade de ações e os detentores de ações ordinárias da Companhia com participação relevante em 30 de setembro de 2026 e 2025:

	30/09/2026		31/12/2025	
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias**	**%**	**Quantidade de ações ordinárias**	**%**
Providence LLC	4.476.000	55,86%	4.476.000	55,86%
Demais acionistas	3.537.000	44,14%	3.537.000	44,14%
Total de ações ordinárias em circulação	**8.013.000**	**100,00**	**8.013.000**	**100,00%**

20.3 Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação:

(i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social;

(ii) do saldo do lucro líquido do exercício obtido após a dedução de que trata o item anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório a todos os seus acionistas; e

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

(iii) por proposta dos órgãos da administração, uma parcela correspondente a até 75% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, respeitada a reserva de lucros a realizar, será levada à reserva para investimentos, destinada a assegurar a realização de investimentos de interesse da companhia, bem como para reforçar seu capital de giro, a qual não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, o valor do capital social.

(iv) O novo saldo de dividendos a pagar em 30 de setembro de 2026 no passivo não circulante no valor de R$ 4.980 (R$ 4.880 em 31 de dezembro de 2025), se refere ao saldo remanescente dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015 e que foram suspensos pela Assembleias Gerais da Companhia de 29 de dezembro de 2015 e 19 de dezembro de 2016 devido à modificação substancial da situação financeira da Companhia desde a data de sua declaração e integram o plano de recuperação judicial homologado.

21 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**
Receita operacional bruta	**388.155**	**370.611**
Tributos sobre as receitas		
PIS/COFINS	(15.542)	(14.727)
CPRB	(7.566)	(8.825)
ISS	(11.615)	(12.319)
ICMS	(3)	(5)
Abatimentos da receita	(2.951)	(599)
Receita operacional líquida	**350.478**	**334.136**

22 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta sua demonstração do resultado utilizando a classificação dos custos e das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

22.1 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**
Salários, encargos e benefícios	(236.316)	(237.313)
Infraestrutura e serviços	(33.597)	(25.286)
Materiais	(1.850)	(810)
Depreciação e amortização	(2.320)	(9.338)
	(274.083)	**(272.747)**

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

22.2 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Salários, encargos e benefícios	-	(550)	(43.730)	(35.593)
Serviços de terceiros	(837)	(489)	(20.264)	(16.529)
Materiais		-	(8)	(30)
Depreciação e amortização		-	(3.858)	(5.149)
	(837)	**(1.039)**	**(67.860)**	**(57.301)**

23 Outras (Despesas)/receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receitas				
Programa de relacionamento	-	-	(2.297)	-
Venda de Imobilizado	-	-	-	9
Perdão de dívida	-	401.354	-	-
Reversão de contingência	-	-	-	172
Recuperação de tributos	-	-	-	4.893
	-	**401.354**	**(2.297)**	**5.074**
Despesas				
Contingências e multas tributárias (*)	(729)	(1.344)	(12.208)	(14.073)
Amortização intangível carteira de clientes				
PECLD - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.250)	(1.216)
Perdas do Contas a Receber	-	-	-	(163)
Outras	(5)	(5)	(1.473)	3.174
	(734)	**(1.349)**	**(14.931)**	**(12.278)**
	(734)	**400.005**	**(17.228)**	**(7.204)**

(*) Gastos com assessoria advocatícia, e escritório que faz assessoria a Recuperação Judicial.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

24 Receitas (Despesas) financeiras líquidas

24.1 Receitas financeiras

	Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	1.599	10.521
Juros e atualizações sobre outros ativos		2.259
Descontos obtidos	109	778
Atualização monetária de ativos fiscais	-	142
	1.708	**13.700**

24.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures (Nota 16)	-	-	(1.674)	(3.018)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 16)	-	-	(7.491)	(10.869)
Juros sobre arrendamento mercantil (Nota 17)	-	-	(1.886)	(2.611)
Juros sobre fornecedores	(733)	(1)	(1.504)	(1.398)
Atualização monetária RJ	(4.885)	(4.771)	(7.665)	(7.581)
Atualização financeira de passivos fiscais	(2.084)	(1.058)	(52.092)	(37.434)
Outras despesas financeiras, líquidas	-	(820)	(11.723)	(6.638)
	(7.702)	**(6.650)**	**(84.035)**	**(69.549)**

25 Resultado por ação

	Controladora	
	30/09/2026	30/09/2025
Lucro (Prejuízo) do período	(91.020)	(60.251)
Número médio ponderado de ações		
Básico	8.013.000	26.710.356
Diluído	8.013.000	26.710.356
Lucro (Prejuízo) por ação em Reais:		
Básico	(11,3590)	(2,2557)
Diluído	(11,3590)	(2,2557)

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

26 Ativos Mantidos para Venda

Em 2024, a empresa realizou a transferência de ativos para a categoria de ativos mantidos para venda, conforme previsto no CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. No entanto, vale destacar que, ao contrário de uma venda, a transferência dos ativos para esta categoria tem o objetivo de utilizá-los como contraprestação para honrar compromissos assumidos pela Contax Participações S.A. e suas subsidiárias, conforme explicado abaixo.

A transferência foi realizada com base no valor contábil dos ativos, que não excede o seu valor justo líquido de custos de venda.

- Comprometimento com o Plano de Contraprestação do Ativo

Em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Contax Participações S.A. aprovaram a formalização de contratos de contragarantia, com o intuito de resguardar as pessoas físicas e jurídicas que figuram como avalistas de eventuais obrigações decorrentes das operações financeiras realizadas pela Contax Participações S.A. e suas subsidiárias.

Posteriormente, o Conselho de Administração, em reunião, deliberou sobre a formalização desses contratos de contragarantia e expressou a possibilidade de utilizar bens da Contax Participações S.A. e suas subsidiárias como garantia em discussões judiciais nas quais os avalistas figurem no polo passivo.

Assim, a Contax Participações S.A. e suas subsidiárias, com a anuência dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária e dos conselheiros em reunião do Conselho de Administração, optaram por utilizar dois de seus bens do grupo Contax como contraprestação para honrar os compromissos assumidos nos contratos de contragarantia, apresentando-os como garantia nas ações movidas pela Plenitude.

- Bens Utilizados como Contraprestação

Os bens utilizados como contraprestação para os compromissos assumidos nos contratos de contragarantia são:

- Imóvel localizado em São Cristóvão/RJ, de propriedade da Contax (R$ 1.057 mil)
- Imóvel localizado em Mossoró/RN, de propriedade da Metalfort(R$ 3.905 mil)
- É importante ressaltar que, em 28/08/2024, foi aprovada a alteração do objeto social da Contax e da Metalfort para incluir, entre suas atividades, a compra, venda, administração, arrendamento e comercialização de imóveis próprios.

27 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais; com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Atendimento a clientes” e “Manutenção”.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Resultados por segmentos de negócios Exercício findo em 30 de setembro de 2026	Atendimento a clientes	Manutenção	Total
Receitas			
Receita operacional bruta	367.944	20.391	**388.335**
Tributos e deduções sobre as receitas	(34.159)	(3.698)	**(37.857)**
Receita operacional líquida	**333.785**	**16.693**	**350.478**
Custos			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(216.391)	(15.247)	(231.638)
Infraestrutura e serviços	(36.876)	(205)	(37.081)
Materiais	(1.710)	(98)	(1.808)
Depreciação e amortização	(1.149)	(1.213)	(2.362)
Desmobilizações	(803)	(33)	(836)
Outros	(3.666)	(176)	(3.842)
Total dos custos	**(260.595)**	**(16.972)**	**(277.567)**
Despesas			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(42.917)	(753)	(43.670)
Infraestrutura e serviços	(7.592)	(28)	(7.620)
Serviços de terceiros	(15.627)	(934)	(16.561)
Materiais	(6)	(2)	(8)
Depreciação e amortização	-	-	-
Total das despesas	**(66.142)**	**(1.717)**	**(67.859)**
Resultado operacional	**7.048**	**(1.693)**	**5.355**

Resultados por segmentos de negócios Exercício findo em 30 de setembro de 2025	Atendimento a clientes	Manutenção	Total
Receitas			
Receita operacional bruta	350.364	20.247	370.611
Tributos e deduções sobre as receitas	(32.669)	(3.805)	(36.474)
Receita operacional líquida	**317.695**	**16.442**	**334.138**
Custos			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(225.633)	(11.340)	(236.973)
Infraestrutura e serviços	(35.574)	9.947	(25.627)
Materiais	(758)	(52)	(810)
Depreciação e amortização	(7.053)	(2.285)	(9.338)
Total dos custos	**(269.018)**	**(3.730)**	**(272.748)**
Despesas			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(34.342)	(1.251)	(35.593)
Serviços de terceiros	(15.060)	(1.462)	(16.522)
Materiais	(36)	-	(36)
Depreciação e amortização	(5.150)	-	(5.150)
Total das despesas	**(54.588)**	**(2.713)**	**(57.301)**
Resultado operacional	**(5.910)**	**9.999**	**4.089**

As vendas do Grupo estão concentradas em quatro principais clientes que representam 72% do faturamento consolidado.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo, que não sejam derivativos, referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais partes relacionadas, empréstimos, debêntures, fornecedores, passivo de arrendamento, partes relacionadas e demais obrigações. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações do Grupo. Os principais ativos financeiros do Grupo resultam diretamente de suas operações.

O Grupo está exposto a risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez

28.1 Administração do risco de liquidez

A Companhia executou o plano de restruturação da dívida com o objetivo de adequar o nível de endividamento e diminuir a alavancagem financeira de forma a aumentar sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações. A Companhia deu passos importantes em seu processo de reestruturação para priorizar sua capacidade de gerar valor para seus clientes, colaboradores e parceiros realizando ajustes em Receitas, Custos e Portfolio de Serviços visando reestabelecimento dos níveis operacionais e aumento da liquidez financeira.

28.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

O risco de crédito relacionado as contas a receber ocorre por conta de perda esperada com créditos, sendo monitorado ativamente por equipe dedicada. As vendas da Sociedade estão concentradas em quatro principais clientes, o que minimiza a possibilidade de problemas decorrentes de inadimplência, em vista do processo de seleção desses clientes, os quatro principais clientes representam 80% no consolidado.

A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições normais de mercado e risco. A Administração não antecipa o descumprimento dos acordos pelas contrapartes e, portanto, não vem exigindo garantias colaterais.

O risco de crédito de depósitos à vista e aplicações financeiras está limitado às contrapartes. A Companhia possui política vigente estabelecendo que este tipo de operação somente será contratado junto a instituições financeiras de primeira linha.

28.3 Administração do risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as estimativas baseadas em projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), em 30 de setembro de 2026. Tais estimativas indicam as seguintes taxas como cenário provável:

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Índice				Taxa estimada a.a. cenário provável
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"	(88.080)	(91.841)	(3.761)	12,25%
Índice de Preços ao Consumidor Amplo - "IPCA"				4,27%

Instrumentos (Controladora)	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável
Empréstimos	(1.747)	Aumento IPCA	4,27%	(1.822)
Debêntures	(86.333)	Aumento IPCA	4,27%	(90.019)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				**3.761**

Instrumentos (Consolidado)	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável
Equivalentes de caixa	24.573	Queda CDI	12,25%	27.583
Empréstimos	(63.663)	Aumento IPCA	4,27%	(66.381)
Debêntures	(116.382)	Aumento IPCA	4,27%	(121.352)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				**39.370**

28.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados pelo custo amortizado. A composição por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis, estão demonstrados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Categoria	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	1	24.573	101.890
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	85.469	72.168
Contratos em garantia	Custo amortizado	-	-	19.245	9.975
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	-	135.729	141.422
Outros Ativos	Custo amortizado	-	-	4.962	1.496

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

		Controladora		Consolidado	
	Categoria	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
		-	**1**	**269.978**	**326.951**
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	(2.090)	(2.804)	(46.166)	(51.372)
Debêntures	Custo amortizado	(86.333)	(81.619)	(116.382)	(114.907)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	(1.747)	(1.710)	(63.663)	(115.988)
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	-	(13.663)	(16.890)
Partes relacionadas	Custo amortizado	(16.380)	(12.066)	(8.227)	(7.250)
		(106.550)	**(98.199)**	**(248.101)**	**(306.407)**

Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas acima.

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

28.5 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia avalia seus ativos e passivos financeiros a valor justo com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos na Deliberação CVM no 699/12, que envolve os seguintes aspectos:

- O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; e

- Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com *inputs* observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem técnicas de avaliação adotadas pela Companhia.
Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;

- **Nível 2** - preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- **Nível 3** - instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis.

Docusign Envelope ID: AC95A927-B26D-8B67-83EB-4B42C1E4D3FF

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 para os instrumentos financeiros do Grupo de "Custo Amortizado", que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, outros ativos, partes relacionadas, fornecedores, arrendamento e empréstimos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

29 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar seus efeitos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional da Companhia. As necessidades de cobertura da Companhia são revisadas periodicamente.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com artigo 27 da Resolução CVM N° 80/22, os diretores da Contax Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, declaram que reviram, discutiram e concordam com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2026.

São Paulo, 13 de novembro de 2026.

André Felipe Rosado França
Diretor Presidente

Rodrigo Santana Canhiçares
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o relatório do auditor independente

Em conformidade com artigo 27 da Resolução CVM N° 80/22, os diretores da Contax Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, declaram que reviram, discutiram e concordam com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2026.

São Paulo, 13 de novembro de 2026.

André Felipe Rosado França
Diretor Presidente

Rodrigo Santana Canhiçares
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores